

CPI da Dívida de São Caetano aprova relatório que pressiona Auricchio

Fernanda Bertoncini



Relatório aponta irregularidades e inconsistências graves ocorridas no último ano da antiga gestão (Foto: Vitor Lima)

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Dívida, criada pela Câmara Municipal de São Caetano para investigar as contas de 2024 do ex-prefeito José Auricchio Júnior (PSD), aprovou o relatório do vereador Edson Parra (Podemos).

“Foram meses de trabalho sério e de investigação profunda. Analisamos detalhadamente os atos contábeis e fiscais da Prefeitura. O relatório aponta

irregularidades e inconsistências graves ocorridas no último ano da antiga gestão, evidenciando a desorganização com que o governo anterior administrava a cidade”, afirma Parra, que espera o apoio dos demais vereadores à aprovação do estudo.

O relatório final, com cerca de 210 páginas, foi elaborado a partir de aproximadamente 15 mil documentos contábeis e aprovado pelos demais membros da comissão: César Oliva (PSD), presidente, e Marcel Munhoz (Progressistas).

Nos próximos dias, o parecer será submetido à votação dos parlamentares, com recomendação de envio das conclusões ao MP-SP (Ministério Público de São Paulo), ao TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado), à Controladoria Geral do Município e à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para que os órgãos de controle adotem as medidas cabíveis.

Segundo Parra, trata-se de um documento técnico e robusto, que não deixa margem para dúvidas quanto à seriedade dos trabalhos. “Acredito que a CPI cumpriu seu dever”, afirma o relator.

A CPI da Dívida de São Caetano, aprovada em abril de 2026, apura um endividamento de R\$ 154 bilhões em obrigações sem cobertura, além do cancelamento irregular de R\$ 30 milhões em dívidas no final do mandato de Auricchio.

O relatório detalha ainda distorções contábeis de aproximadamente R\$ 20 milhões em saldos bancários divergentes e aponta o cancelamento incomum de cerca de R\$ 30 milhões em pagamentos a fornecedores no último dia de 2024.

Além disso, a comissão identificou “pedaladas fiscais”, com descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei 4.320, que regula a gestão das finanças públicas, incluindo pagamentos de despesas de 2024 realizados por meio de empenhos de 2025.

Durante as investigações, uma auditoria externa foi contratada para auxiliar na análise das contas municipais. O trabalho foi conduzido pela Fundace (Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia), com base em documentos fornecidos pela administração municipal.

A CPI chegou a aprovar a condução coercitiva de Stefânia Wludarski, ex-secretária da Fazenda, e do ex-prefeito Auricchio para participação em oitiva. No entanto, ambos argumentaram que a comissão se baseava em materiais sob investigação criminal e questionaram a contratação sem licitação da Fundace, além de alegarem

ter sido negado acesso a informações e documentos essenciais para a defesa.

Participação popular

A Câmara Municipal de São Caetano criou um canal de comunicação para que a população colabore com os trabalhos da CPI da Dívida.

O endereço eletrônico cpidivida2024@camarascsp.gov.br recebe exclusivamente documentos, denúncias e informações que possam contribuir com as investigações, ampliando a participação popular e garantindo maior transparência ao processo.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3806803/cpi-da-divida-de-sao-caetano-aprova-relatorio-que-pressiona-auricchio/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Política